



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONANDA**

196ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

15 DE JUNHO DE 2011

ATA

1 Ao décimo quinto dia do mês de junho de dois mil e onze, no Porto Belo Hotel, em
2 Salvador/BA, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/CONANDA,
3 para realizar a 196ª Assembleia Ordinária, sob a Presidência da Sra. Maria do Rosário Nunes,
4 Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos. **Estiveram Presentes**
5 **Conselheiros Governamentais Titulares:** Sr. Ivanildo Tajra Franzosi, Representante da
6 Casa Civil da Presidência da República; Sra. Denise Rabello de Brito Franco, Representante
7 do Ministério da Previdência Social/MPS; Sra. Thereza de Lamare Franco Netto,
8 Representante do Ministério da Saúde/MS; Sr. Fábio Meirrelles Thardman de Castro,
9 Representante do Ministério da Educação; Sr. Luiz Henrique Ramos Lopes, Representante do
10 Ministério do Trabalho e Emprego/MTE. **Conselheiros Governamentais Suplentes:** Sra.
11 Salete Valesan Camba, Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da
12 República/SDH/PR. **Conselheiros Não-Governamentais Titulares:** Sra. Miriam Maria José
13 dos Santos, Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos e Vice-Presidente do
14 CONANDA; Sr. Fabio Feitosa da Silva, Representante da União Brasileira de Educação e
15 Ensino/UBEE; Sra. Maristela Cizeski, Representante da Pastoral da Criança/Confederação
16 Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB; Sr. Carlos Nicodemos, Representante do Movimento
17 Nacional de Direitos Humanos/MNDH; Sra. Raimunda Núbia Lopes da Silva, Representante
18 da Central Única dos Trabalhadores/CUT; Sr. Alexandre Cruz de Oliveira, Representante das
19 Aldeias Infantis SOS/Brasil; Sr. Adriano de Britos, Representante da Federação Brasileira das
20 Associações Cristãs de Moços; Sr. Francisco Rodrigues Correa, Representante da Federação
21 Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas; Sra. Iralda
22 Cassol Pereira, Representante da Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho.
23 **Conselheiros Não-Governamentais Suplentes:** Sra. Sandra Maria Francisco de Amorin,
24 Representante do Conselho Federal de Psicologia/CFP; Sr. José Rubens do Amaral Zaitune,
25 Representante da Sociedade Brasileira de Pediatria/SBP. **Coordenação-Geral do**

26 **CONANDA:** Sr. Luís Otávio Daloma, Coordenador-Geral do CONANDA. **Convidados:** Sr.
27 Pedro Oto de Quadros, Representante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do
28 Adolescente/FNDCA; Sra. Márcia Cardoso de Jesus; Sra. Anizia Pacheco Santana; Sra.
29 Sirlene Souza de Oliveira; Sra. Silvia Carla Macedo Cardoso; Sr. João da Silva Pereira; Sra.
30 Valquíria Alves de Almeida; Sra. Lenevalda Silva; Sr. Pedro da Gama Alves Neto; Sra. Maria
31 do Socorro Santos Farias; Sra. Cidélia Areolo; Sr. Abinael Souza Rosa; Sra. Margarida Maria
32 de Siqueira França; Sr. Geraldo Badá; Sra. Márcia Guedes; Sra. Cleide Jun; Sra. Paula
33 Câmara; Sra. Irani Oliveira Tessa; Sra. Luciana Rosa; Sra. Vera Lúcia da Cruz Barbosa; Sra;
34 Valquíria Melo Sales; Sra. Jane Argolo; Sra. Judite Amélia Lago Dutra; Sr. Raul Correia; Sra.
35 Edilene Bonfim; Sra. Maria Rosário Ribeiro Barreto; Sr. Aurélio Nunes; Sra. Vânia Galvão;
36 Sra. Gleice Albenaes; Sra. Marta Rodrigues; Sr. Bruno Diniz Gomes; Sra. Lucidalva
37 Rodrigues dos Santos; Sra. Amanaiara Miranda; Sra. Helen Cirino; Sra. Maria Helena Souza
38 da Silva; Sra. Eliene Caldas Borges; Sr. Halassi Nunes dos Santos; Sr. Luiz Antonio Xavier
39 Gomes; Sra. Maristela do Amaral Freitas; Sr. Joca Lima; Sra. Natalete Oliveira da Silva; Sr.
40 Elielson dos Santos; Sra. Rita de Cássia de R. Azevedo; Sra. Cinara Agda Lisboa de Souza;
41 Sr. Fábio Alves; Sr. Reginaldo Souza Silva; Sra. Maria Solange Maia Figueiredo; Sra.
42 Mirailice Meneses Cruz; Sra. Mirella Taricca Fontes; Sra. Rosimeire Conceição dos Santos;
43 Sra. Vnaia Silva Santos; Sra. Juçara Rosa Santos de Araújo; Sr. Marcos Magalhães; Sr.
44 Evandro Luiz de Jesus; Sra. Josélia C. A. Nascimento; Sr. Robson Ramos Araújo; Sra. Thaise
45 dos Santos Viana; Sra. Janete de Almeida Teixeira; Sra. Jacibarbara Desan Oliveira; Sra.
46 Ileuza Dantas Souza Ribeiro; Sra. Sandra Gonzaga Lucena; Sra. Sheilla de Souza Santos; Sra.
47 Diene Aparecida Novaes de Araújo; Sr. Ismael Rosalvo dos Santos; Sr. Valdomiro Franco;
48 Sra. Antonisa Vieira Vale; Sr. Altair Paixão; Sra. Sandra Maria Plessibi de Almeida; Sra. Ana
49 Luiza Oliva Buratto; Sr. George Luiz; Sra. Suzana Bernardes Dias; Sra. Dassaele Barros
50 Nascimento; Sr. Andre Artur Silveira Neves; Sra. Maria Tereza Calabrich Campos; Sra.
51 Luciana Reis; Sra. Valdirene Santos Fias; Sr. Luiz Claudio; Sra. Rita Maria de Souza; Sra.
52 Marilucia Pessoa; Sra. Auristela Leal; Sr. Marciel Pereira da Silva; Sra. Maria Thereza Oliva
53 Marcílio; Sra. Ana Dalvas C. Pereira; Sr. Michel Santos; Sr. Luiz Antonio A. Araújo; Sra.
54 Maria Auxiliadora Barreto; Sra. Milena Almeida P dos Santos; Sr. Erielton Pereira da Costa;
55 Sra. Marli Helms Demuner; Sra. Ana Goretti de Melo; Sra. Luciane Lima Alves; Sr. Victor
56 Matos P. da Silva; Sr. Eder Teixeira Copque; Sra. Francione Pires; Sra. Sonia Ribeiro; Sra.
57 Débora do Carmo; Sra. Cândida Maria Pereira; Sr. José Carlito Silva; Sra. Carolina Leal; Sra.
58 Miriam Soares Santos; Sra. Paula Fonseca; Sr. Oscimar Alves Torres; Sra. Ana Elisabeth
59 Costa Gomes; Sra. Rita Tavares; Sra. Márcia Jesus dos Santos; Sra. Amriângela Campos; Sra.
60 Elisabeth F. Silva; Sra. Simone Malaquias Macedo; Sra. Ciomara Martins I. Rocha; Sra.

61 Anaildes Souza de Jesus; Sra. Maelle F. Lima Silva; Sra. Michelle Lustosa Lobo; Sra. Marli
62 Alves dos Santos; Sra. Valdelice M. de Moura; Sra. Vania Marques Pinto; Sra. Maria José
63 Nery; Sra. Regina Affonso; Sra. Eliomagda Silva; Sra. Rita de Cássia Machado da Silva; Sra.
64 Maria da Graça Silva Martins; Sra. Maria do Carmo Brito de Moraes; Sra. Tania Timotio de
65 Almeida; Sra. Camila Pinto Carapiá de Souza; Sra. Cassia Rosana Rabello; Sr. Edivaldo Luiz
66 Vicente da Silva; Sra. Daniela Rocha; Sra. Antonia Luiza Silva Santos; Sra. Sandra Santos;
67 Sra. Virgínia Batista; Sra. Arielma Galvão; Sra. Joselita Nena Macêdo Rilma; Sra. Ivete
68 Torres Lima; Sr. Fernando Souza Suzart; Sra. Rosenilda Silva; Sr. Sidnei Ornellas; Sra. Ana
69 Tereza Santos; Sra. Marizete Ferreira Santos; Sra. Cleide Oliveira; Sra. Marta Corderino; Sr.
70 Ademilton Ferreira; Sr. Vitor Alessandro; Sr. Almiro Sena; Sr. Gilson Procópio Magalhães;
71 Sr. Willian Pinheiro; Sra. Celidalva Bonfim; Sr. Millen Castro Moura; Sra. Bernadete
72 Mariene Santos; Sr. Vitor Benez Pegler; Sra. Rita da Anunciação Cruz; Sra. Elizabete Cuaio;
73 Sra. Anaildes Campo Sena; Sr. Leandro R. dos Santos; Sr. Roberto Loyola; Sr. Valdemar
74 Oliveira; Sra. Maíra Carvalho Rios; Sra. Leide Manuela Santos; Sra. Roselita Alves Moura;
75 Sra. Rose Bassuma; Sra. Larissa Felix Santana; Sr. Emundo Ribeiro Kroger; Sra. Ilma
76 Oliveira; Sra. Manuela D. J. Santos; Sra. Márcia Guimarães; Sr. Renildo Barbosa; Sra. Thirza
77 Tereza dos Santos; Sr. Dionei Batista Santos; Sra. Miriam Soares de Oliveira; Sr. Renato
78 Soares de Oliveira; Sra. Rita de Cassia Tavares Santiago; Sra. Milena Oliveira; Sra. Mônica
79 Pacheco Silveira; Sr. Everlan Lima Santos; Sr. Filney Viana; Sr. Arli Lira de Souza; Sra.
80 Lumécia Almeida; Sr. Welinton Souza Reis. **Abertura.** Foi aberta a reunião por meio de
81 cerimônia por se tratar-se de Assembleia Itinerante deste Conselho, no estado da Bahia, em
82 sua capital Salvador. Foi cedida a palavra à Senhora Erivan Velasco, Representante do Fórum
83 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/FNDCA, que cumprimentou a todos e
84 ressaltou a importância da Sociedade Civil na constituição e construção histórica dos direitos
85 humanos de crianças e adolescentes, além do enfrentamento das violações de direitos de
86 crianças e adolescentes. Além da importância da Convenção Internacional dos Direitos da
87 Criança da Organização das Nações Unidas, por se tratar de um conjunto consistente de
88 direitos, fazendo de crianças sujeitos de direitos individuais. Apontou a necessidade de
89 estatística qualificada, a fim de salientar o tamanho e a dimensão daquilo que se enfrentava,
90 bem como o combate à reprodução da violência. Afirmou, por fim, que para o cumprimento
91 dos direitos humanos de crianças e adolescentes era absolutamente necessária a
92 disponibilização de recursos econômicos, políticos e institucionais, fazendo valer o que
93 recomendou a Convenção, quando tratou da importância que tem a relação Estado/sociedade
94 civil. Após, a Sra. Luciana Reis, Representante do Comitê Nacional de Enfretamento ao
95 Abuso e Exploração Sexual, indicou que o Município de Salvador possuía muitas deficiências

96 no que dizia respeito à estruturação do sistema de garantia de direitos. Solicitou, portanto, a
97 estruturação dos Conselhos Tutelares, lembrando que, na Conferência Estadual dos Direitos
98 da Criança e Adolescente, o Governador assumiu o compromisso público de ajudar a
99 Prefeitura no apoio à reestruturação desses conselhos. Ressaltou a importância do
100 protagonismo efetivo das crianças e dos adolescentes na elaboração das políticas públicas.
101 Sugeriu uma campanha única para os 26 estados e o Distrito Federal tangente ao
102 enfrentamento da violência sexual, propondo assim uma articulação maior entre o comitê
103 nacional e os comitês estaduais de enfrentamento à violência sexual. Afirmou, por fim, que o
104 aparelhamento no Estado em particular e no Brasil não era efetivo para atender à demanda de
105 denúncias e, para tanto, era necessário dar retorno à sociedade de como estavam sendo
106 tratadas as denúncias. Na sequência, o Sr. Edmundo Ribeiro Kroger, Representante do
107 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, ponderou que ter a Ministra
108 presidindo o órgão que deliberava sobre a política de criança e adolescente era, no mínimo,
109 demonstração de uma intencionalidade do Governo em finalmente efetivar os princípios
110 contidos na Constituição Federal. Propôs a modernização do Conselho, através do sistema de
111 conselhos, por partir do princípio da democracia participativa. Afirmou imperativa a mudança
112 da lei de criação do Conselho Estadual da Bahia; criação de delegacias especializadas,
113 considerando que eram 417 municípios e muitos desses verdadeiras metrópoles ou regiões
114 metropolitanas; universalização do Sistema de Informações para a Infância e
115 Adolescência/SIPIA; a implosão da unidade de atendimento socioeducativo do Estado,
116 chamada Casa de Salvador, e a construção de uma nova unidade aos moldes do Sistema
117 Nacional de Atendimento Socioeducativo/SINASE. Requereu: assento no Comitê Estadual da
118 Copa do Mundo, com vistas a enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescente durante
119 o evento; posição contrário do Governo do Estado ao toque de recolher instituído em alguns
120 municípios da Bahia. Recomendou, por fim, que a Procuradoria Geral do Estado não
121 desconsiderasse as deliberações do Conselho Estadual. Após, o Sr. Yulo Oiticica, Deputado
122 Estadual Presidente da Frente Parlamentar de Defesa da Juventude, ressaltou a relevância da
123 Ministra Maria do Rosário Nunes de estar à frente da Secretaria de Direitos Humanos.
124 Ponderou que o desafio era desconstruir uma cultura que ainda achava que pena de morte
125 resolveria o problema da bandidagem, reduzir a maioria penal resolveria o problema da
126 delinquência juvenil. Seguindo, o Sr. Carlos Brasileiro, Secretário Estadual de
127 Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza e Presidente do Conselho Estadual dos Direitos
128 da Criança e do Adolescente do Estado da Bahia, afirmou que a Secretaria era parceira efetiva
129 do Conselho e ampliaria a equipe do SIPIA; até o final do corrente mês o Governador da
130 Bahia, Sr. Jaques Vagner, receberia a nova Lei do Conselho, para o mesmo encaminhar à

131 assembleia legislativa, a fim de que a mesma fosse aprovada o mais breve possível; realmente
132 a Casa de Salvador deveria ser implodida. Com isso solicitou auxílio da Ministra Maria do
133 Rosário Nunes para transferência de recursos necessários para a Construção de uma nova
134 Instituição; em julho inauguraria nova Casa em Feira de Santana e, em setembro, uma outra
135 em Camaçari, de acordo com o SINASE, as campanhas de enfrentamento à violência sexual
136 deveriam realmente ser universalizadas. Após, a Senadora Lídice da Mata, Presidente da
137 Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, destacou a
138 felicidade pelo CONANDA realizar sua Assembleia Itinerante na Bahia. Enumerou os êxitos
139 baianos na instituição dos direitos humanos no Brasil, especialmente de crianças e
140 adolescentes. Ponderou que os resultados daquela reunião pudessem produzir mudanças na
141 política pública do governo estadual com celeridade e que não poderia permitir que fosse
142 desarticulada e destruída a Rede de Defesa da Criança e Adolescência da Cidade de Salvador,
143 como se encontrava naquele momento. Fazia expectativa também que se revertesse o processo
144 de absoluto abandono e sucateamento que se encontrava a Fundação Cidade Mãe. Por fim,
145 colocou-se à disposição do governo estadual. Com isso, foi dada palavra a Sra. Fátima
146 Mendonça, Primeira Dama do Estado e Presidente das Voluntárias Sociais da Bahia, que
147 cumprimentou a todos e, em especial, a Ministra Maria do Rosário Nunes. Justificou a
148 ausência do Governador do Estado, Sr. Jaques Wagner, informando que o mesmo encontrava-
149 se em Brasília e, por fim, estimou um bom encontro a todos. Cedida a palavra à Ministra
150 Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos e
151 Presidente do CONANDA, cumprimentou a todos e agradeceu, em nome do CONANDA, a
152 acolhida do Estado da Bahia e do seu respectivo Conselho Estadual. Afirmou que aquela
153 assembleia queria, com a Carta de Salvador, assumir compromissos de ação em defesa dos
154 direitos da criança e do adolescente em todo o Brasil. Ponderou que com os pontos
155 apresentados anteriormente, sairiam dali com tarefas muito bem delineadas para serem
156 executadas. Ressaltou que a Presidente da República, Sra. Dilma Rousseff, sempre destaca
157 necessário manter a capacidade de indignação diante das situações de violações de direitos
158 humanos. Destacando as vésperas de aniversário de 21 anos do Estatuto da Criança e do
159 Adolescente, apontou a necessidade de fortalecimento do Plano Decenal dos Direitos
160 Humanos de Crianças e Adolescentes, plano este que o CONANDA estabeleceu como sua
161 prioridade. Afirmou que através do Plano Decenal fortaleceria as estruturas previstas no
162 Estatuto da Criança e do Adolescente, como os próprios conselhos tutelares. Destacou a
163 importância do Disque Direitos humanos no mapeamento das situações da violência. Afirmou
164 importante o protagonismo infanto-juvenil formal, produzido de acordo com as necessidades
165 e as condições do desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Por fim, agradeceu

166 novamente e estimou bom trabalho a todos. Com isto, foi encerrada a mesa de Abertura desta
167 assembleia e iniciada a **Audiência Pública Enfrentamento ao Abuso e à Exploração**
168 **Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. A Ministra Maria do Rosário Nunes abriu a
169 Audiência cedendo a palavra ao plenário por três minutos cada intervenção. Ao passo que a
170 Sra. Maria Tereza Marcílio, representante da Avante, ONG com sede em Salvador, que
171 naquele momento respondia como secretaria executiva da Rede Nacional Primeira
172 Infância/RNPI, destacou que no quadro de violências, abusos, negligências e descasos as
173 crianças de zero a seis anos eram as mais fragilizadas, as mais vulneráveis, as menos vistas e
174 menos ouvidas. Com isso, indicou que O Plano Nacional da Primeira Infância foi aprovado
175 pelo CONANDA em dezembro de 2010 e encontrava-se em fase de implementação dos
176 planos municipais e de integração ao Plano Decenal. A Sra. Auristela Leal da Anunciação,
177 Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
178 Salvador, alertou para a inserção das adolescentes no tráfico de drogas no estado e suscitou
179 ação urgente de prevenção e política de segurança pública em conjunto com o Sistema de
180 Garantia de Direitos. A Escritora Dívya Barros, vítima de abuso sexual enquanto criança,
181 convidou a todos a uma mudança de paradigma, a fim de orientar as crianças sobre a situação
182 de abuso sexual. Após, o Sr. Maciel Pereira, Conselheiro Tutelar do Município de Paulo
183 Afonso, ressaltou a precariedade de funcionamento dos conselhos tutelares da região que faz
184 parte o município. Apontou que a lei de diretrizes básicas da educação preconizava o ensino
185 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a qual não era devidamente aplicada e propôs a
186 aplicação efetiva da mesma. Por fim, solicitou uma média de 100 a 200 cópias do ECA. Com
187 isso, a Ministra Maria do Rosário Nunes afirmou que o Conselho Nacional de Educação/CNE
188 teria prazo até o final do corrente ano para estabelecer as diretrizes para a educação em
189 direitos humanos. Na sequência, a Sra. Nildes, Vice Coordenadora da Associação dos
190 Conselheiros Tutelares do Estado da Bahia, indicou que haviam muitos promotores de justiça
191 que não estavam preparados para lidar com a prioridade da criança e do adolescente,
192 desconhecem também que a lei de adoção mudou. Com isso, sugeriu a capacitação continuada
193 dos promotores e juízes do que preconizava o ECA. Denunciou que alguns secretários de ação
194 social afirmavam que não sabiam para que o Conselho Tutelar existia, qual a necessidade
195 dessa importante instituição. Ponderou que existiam excelentes políticas públicas, mas que
196 deveriam ter efetividade. Relatou que haveriam psicólogos nos Centros de Referência da
197 Assistência Social/CRAS e Centros de Referência Especializada da Assistência
198 Social/CREAS que não eram capacitados para lidar com exploração sexual de criança e
199 adolescente. Seguindo, a Sra. Ariama Galvão, Representante da Secretaria do Trabalho e
200 Emprego, Renda e Esportes, sugeriu a qualificação continuada das pessoas que lidam com

201 adolescentes em medidas socioeducativas. A Sra. Márcia Guedes, Representante do
202 Ministério Público do Estado da Bahia, apontou que era falho o fortalecimento dos conselhos
203 de direitos, sobretudo conselhos tutelares, além da falta de prioridade da criança e do
204 adolescente nos fundos municipais. Apontou também que faltava estrutura adequada do
205 sistema de garantia de direitos. Solicitou a aprovação da mudança da Lei de Organização
206 Judiciária e da Lei Orgânica do Ministério Público local na Assembleia Legislativa. Propôs
207 legislação que garantisse que a cada 100 mil habitantes existissem promotorias e varas
208 especializadas para a infância e juventude, apontando que havia apenas uma delegacia
209 especializada em apuração de crime contra a criança no Estado da Bahia. Denunciou que a
210 Segurança Pública suspendeu o transporte de adolescentes das unidades policiais locais para a
211 capital. Afirmou a necessidade de implementar as medidas em meio aberto e fortalecer o
212 Plano Plurianual no sentido de garantir mais unidade, com o objetivo de, para aqueles casos
213 que seria extremamente necessária a internação, se possa fazer cumprir a lei, todavia, próxima
214 a residência dos educandos. Na sequência, a Sra. Antônia Santos, Presidente da Associação de
215 Conselheiros Tutelares Bahia, solicitou para a próxima oportunidade que a reunião conjunta
216 entre CONANDA e Conselho Estadual fosse aberta a todos os públicos. Relatou que o
217 conselheiro tutelar daquele estado não é qualificado adequadamente para realizar sua função e
218 a estrutura dos conselhos tutelares era precária. Relatou também a falta de implantação efetiva
219 dos programas desenvolvidos pela esfera federal, tal como o SIPIA, o PPCAAM, a Escola de
220 Conselho e o Disque Direitos Humanos. Denunciou que os gestores adotaram a prática de
221 prorrogar o mandato de conselheiros tutelares. Na sequência, a Sra. Maria do Carmo afirmou
222 que era necessário as instituições de ensino inserirem em seus currículos a importância da
223 transversalidade da discussão dos direitos. Após, a Vice-Presidente do CONANDA, Sra.
224 Miriam Maria José dos Santos, informou que após a audiência pública seriam formados
225 grupos de trabalho para discutir propostas para a Carta da Bahia. A Sra. Ana Luiza afirmou
226 que o sistema de garantia de direitos no estado não funciona, porém, os órgãos, por si, uns
227 funcionam bem e outros mal. Destacou também que fazia falta a atuação do Ministério
228 Público. A Sra. Maria Helena Souza, Representante do Movimento de Mulheres do Estado,
229 ressaltou a importância de uma escolha criteriosa dos gestores que, às vezes, são nomeados de
230 forma por critérios alheios à finalidade do órgão. O Sr. Pedro Oto de Quadros, Representante
231 da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude e
232 Secretário Nacional do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, relatou que
233 naquele dia foram nomeados servidores concursados para apoio administrativo dos conselhos
234 tutelares de Brasília e, com este exemplo, sugeriu tanto, para o CONANDA, conselhos
235 estaduais e municipais e conselhos tutelares trabalhar na perspectiva de possuírem uma equipe

236 de servidores permanente. Seguindo, a Sra. Carmen Silveira de Oliveira, Secretária Nacional
237 de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, anunciou que a SDH passou a ter
238 quatro eixos estratégicos na área da infância e da adolescência dentro do Plano Plurianual, os
239 quais atendiam boa parte dos indicativos feitos naquele momento. Quais sejam: qualificar a
240 rede de atendimento, especialmente de crianças e adolescentes vítimas da violência e dos
241 adolescentes autores da violência, no caso dos adolescentes em conflito com a lei;
242 fortalecimento dos conselhos tutelares; a primeira infância e o direito a participação de
243 crianças e adolescentes; incidir em uma visão sistêmica de coordenação da política, com a
244 criação de instâncias municipais, estaduais e distrital de coordenação da política,
245 conjuntamente com os conselhos de direito. Por fim, sugeriu que os conselhos estaduais
246 tomassem conhecimento e incidissem sobre os Planos Plurianuais dos Estados. A Sra. Erivan
247 Velasco ressaltou novamente a importância de serem dadas condições à Sociedade Civil para
248 que tivesse autonomia política e financeira, para cumprir o papel que lhe for atribuída. O Sr.
249 Ocimar Torres, Secretário Municipal do Trabalho, Ação Social e Direito do Cidadão,
250 ressaltou que a Secretaria possuía um orçamento exíguo e ressaltou a necessidade de diálogo
251 com a Câmara Municipal para modificar essa realidade. Por fim, colocou-se à disposição. Na
252 sequência, a Sra. Ana Gorete, Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e
253 Combate à Pobreza, afirmou que a Bahia co-financiava 80% do recurso que o Ministério do
254 MDS repassava aos municípios tanto para os CREAS, PAEF e medidas socioeducativas e
255 tinha a informação que os recursos repassados a Salvador não estavam sendo utilizados.
256 Então, propôs a capacitação dos técnicos, diretores e coordenadores para a aplicação devida
257 dos recursos. Fazendo uso da palavra, a Sra. Márcia Guedes, Representante do Ministério
258 Público do Estado, informou que o órgão reativou o núcleo de estruturação dos conselhos
259 tutelares. Fechando a primeira parte da audiência, o Sr. Edmundo Ribeiro Kroger,
260 Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, agradeceu a
261 todos. Com isso, a Vice-Presidente do CONANDA, Sra. Miriam Maria José dos Santos, abriu
262 a segunda parte da audiência, em que convidou alguns expositores a falarem. O primeiro a se
263 manifestar foi o Senhor Waldemar Oliveira, Coordenador do Comitê Estadual de
264 Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que louvou a
265 iniciativa do CONANDA de realizar a assembleia itinerante no Estado da Bahia. Fez breve
266 histórico da criação do Comitê e ressaltou que foi realizada no corrente ano a 15ª campanha
267 contra a violência sexual e, ao longo de 12 anos, dialogava com o governo estadual no sentido
268 de dotar sua estrutura governamental com melhores condições para fazer frente a esse tipo de
269 crime. Apontou que o Estado, com 417 municípios, possuía apenas uma delegacia especial de
270 repressão aos crimes contra criança, situada na Capital, não obstante, funcionava com muita

271 carência. Informou que era pleito: a implantação de 10 a 12 delegacias nas chamadas cidades
272 pólos; uma força tarefa voltada especificamente para o combate à exploração sexual, diante
273 do índice de impunidade muito elevado. Lembrou que em 2008 foi feito um pacto o Governo
274 do Estado e as administrações municipais. Todavia, não se tornou eficaz porque faltou
275 monitoramento da execução deste pacto. Com isto, sugeriu reafirmar o pacto através do
276 monitoramento. E, ponderando que alguns municípios têm algumas carências, sugeriu uma
277 alocação de recursos tanto do Governo Estadual quanto do Governo Federal. Também
278 mostrou-se preocupado com a realização da Copa do Mundo e aproveitou para informar que
279 era desenvolvido um trabalho para a elaboração de um termo de adesão, a fim de firmar
280 compromissos positivos para esta agenda do enfrentamento à violência sexual de crianças e
281 adolescentes. Por fim, apontou que, adotado o Disque Denúncia do Governo Federal, o
282 Disque Direitos Humanos, houveram desde então 5.757 denúncias de 2008 a 2011 e apenas
283 479 em apuração. Com isso afirmou que houve uma desestimulação no uso do Disque
284 Denúncia Nacional e o Conselho Estadual voltou a adotar o 0800 que possuía, garantindo o
285 acompanhamento de todas as denúncias. Isto posto, a Vice-Presidente do CONANDA passou
286 a palavra a Sra. Carmen Silveira de Oliveira, que informou que substituíra a Coordenadora do
287 Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-
288 Juvenil no Território Brasileiro, Sra. Leila Paiva, que encontrava-se naquele momento no
289 Encontro Brasil/Canadá com a temática da investigação dos crimes sexuais de criança e
290 adolescente na Internet. Com isso, apresentou o referido programa, destacando que dentre
291 suas características, trabalhava com o apoio ao município e na sua primeira linha de
292 abordagem era realizado o diagnóstico não só da situação da infância e adolescência, mas
293 também das políticas públicas e da rede de atendimento em geral. Em sua segunda etapa, o
294 programa faz a devolutiva desse diagnóstico às localidades e faz uma análise coletiva dos
295 dados. Com isso, inicia-se uma nova fase, que seria o plano operativo local, que a partir dele é
296 feita a capacitação de seus operadores. Destacou que o Programa iniciou em 2003 com seis
297 municípios e chegou a 2010 com 549 municípios, especialmente os prioritários na matriz
298 intersetorial. Exportava-se essa metodologia para 15 cidades gêmeas do mercado comum da
299 América Latina, o MERCOSUL, além de países integrantes da Cooperação Sul-Sul
300 desenvolvida pelo Brasil. Apontou que a meta era direcionar os programas para os municípios
301 que recebiam as grandes obras, além da necessidade de desenvolver novos diagnósticos e
302 novos planos operativos nas cidades Copa do Mundo. Portanto, promovia-se nova atualização
303 da matriz intersetorial, com novas ferramentas tecnológicas, com um portal que forneceria
304 dados municipais para que Conselhos de Direitos e Gestores pudessem direcionar política
305 para essas questões. Destacou por fim, que era meta do Programa implantar nas 27 capitais os

306 Núcleos Integrados de Atendimento Inicial a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência
307 (NAI). Na sequência, a Sra. Thaís Viana, Assistente Social e Coordenadora de Proteção
308 Social Especial da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza da Bahia,
309 ressaltou que sua contribuição no debate era de trazer os dados dos CREAS. Informou que até
310 agosto de 2010 os registros dos CREAS apontaram que o estado da Bahia acompanhou 1.072
311 casos de violência sexual de crianças e adolescentes. Apontou que em 2005 o estado possuía
312 apenas 47 CREAS e, naquele momento, encontrava-se com 180 e fazia um investimento de
313 R\$ 10 milhões, através do fundo da assistência social, com o objetivo de dotar de estrutura
314 necessária esses equipamentos. Apontou que uma das dificuldades apresentadas pelos
315 municípios era a falta de médicos peritos para fazer os laudos; a revitimização através dos
316 inquéritos policiais; a insuficiência de promotores e juízes no interior do estado; a falta de
317 contraceptivos de emergência em alguns municípios. Após, a Sra. Tereza Calabriti,
318 Coordenadora do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, agradeceu o convite e
319 colocou o Fórum à disposição do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Abuso e Exploração
320 Sexual de Crianças e Adolescentes, considerando que não fazia parte desse importante
321 comitê. Afirmou que o fórum entendia a exploração sexual também como uma das piores
322 formas de trabalho infantil e apontou que o mesmo desenvolvia ações de combate ao trabalho
323 infantil, tal como no último carnaval em Salvador, desenvolvendo a denominada blitz social, ,
324 para verificar a situação do trabalho infantil durante o evento e que evidenciou a situação de
325 completa violação dos direitos da criança e do adolescente daquelas crianças que trabalham
326 durante o carnaval e, inclusive, expostas a exploração sexual. Apontou também que o
327 orçamento do Estado não refletia as ações, políticas e programas desenvolvidos. Delatou a
328 falta de apoio do poder público na luta pelo combate ao trabalho infantil e, dentro desse, o
329 combate à exploração sexual. Destacou a desarticulação dos atores da rede de proteção da
330 criança e do adolescente. Na sequência, o Sr. Renildo Barbosa, Presidente do Conselho
331 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador, afirmou que do montante de
332 R\$ 13 milhões dos recursos do Conselho, R\$ 10 mil seriam disponibilizados para reproduzir
333 as peças contra o abuso e exploração sexual infanto-juvenil e R\$ 10 mil para produzir três
334 paródias de três adolescentes. Louvou a iniciativa de implantação do SIPIA no estado.
335 Destacou que o Conselho possuía R\$ 600 mil voltados para o enfrentamento a essa violência.
336 Em seguida, o Educando da Casa de Acolhimento Socioeducativa – Cia Luís Henrique
337 Pinheiro Miranda afirmou que não acreditavam em privação de liberdade e dissertou que o
338 governo deveria investir mais em educação, fora ou dentro da própria unidade, garantindo
339 mais oportunidades aos adolescentes, além de cursos profissionalizantes. Destacou imperativa
340 a diferenciação e divisão entre os adolescentes que já tinham uma vivência infracional dos

341 demais que não tinham. Após, a Ministra Maria do Rosário Nunes apontou que todos os
342 integrantes da mesa reposicionaram prioridades para a atuação no próximo período, ficando
343 muito destacada a importância de um trabalho em rede e o PAIR era uma vontade política de
344 estabelecer essa rede. Por fim, solicitou um minuto de silêncio em homenagem às vítimas
345 assassinadas e de violações de direitos humanos do Estado do Pará, motivada por pedido do
346 Conselheiro Andrea Franzini, e por ação desenvolvida pelo Governo Federal determinada
347 pela Presidente da República. Findada a primeira mesa, foi dado início a segunda mesa de
348 debates, com o tema **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. O
349 Conselheiro Não-Governamental do CONANDA, representante do Movimento Nacional dos
350 Direitos Humanos, Sr. Carlos Nicodemos abriu os trabalhos ressaltando que de 345 mil
351 crianças e adolescentes no Brasil, 17,4% deles cumpriam medidas socioeducativas, ou seja,
352 60 mil, e destes 14 mil em regime fechado, com um índice de 70% de reincidência. Com isso,
353 convidou os demais participantes dessa mesa e passou a palavra ao Sr. Marcos Magalhães,
354 Gerente de Atendimento Socioeducativo da Fundação da Criança e do Adolescente/FUNDAC
355 do Estado da Bahia, que relatou que o marco situacional adotado eram os dados do IBGE
356 2009, afirmando que muita coisa pouco mudou durante o último biênio. Destacou que 15% da
357 população baiana era formada por adolescentes e a população jovem somava 30% da
358 população. Apontou que a população dividia-se etnicamente em 25% de brancos, 13% de
359 negros e 60% de pardos, e a população jovem negra jovem, em torno de 45%, encontrava-se
360 fora do mercado de trabalho e verificava-se ainda que à medida que crescia a ociosidade dos
361 empregos entre os jovens aumentava a taxa de homicídios. Indicou que a Bahia encontrava-se
362 em 19ª lugar de acordo com o índice de desenvolvimento humano e em 25ª de acordo com o
363 índice de desenvolvimento da infância. Mostrou que a capital, Salvador, despontava em 21ª
364 lugar dentre as cem cidades mais violentas do país e também situavam-se nessa estatísticas os
365 municípios de Porto Seguro, Simões Filho, Itabuna e Juazeiro, sendo o município de Itabuna
366 com o maior índice de vulnerabilidade juvenil e violência. Apresentou o mapa da violência no
367 estado entre 1998 e 2008, cujo crescimento alcançou um dos maiores do país, em torno de
368 343%, o número de homicídios na população de 15 a 24 anos, considerando boa parte do
369 público que cumpria a medida socioeducativa. Indicou que a capital do Estado encontrava-se
370 em 11º lugar no índice de homicídios na adolescência dentro do Estado e em 98º dentro do
371 ranking das cidades analisadas, com mais de cem mil habitantes. Com relação às medidas
372 socioeducativas, demonstrou que de janeiro a maio de 2011 foram atendidos cerca de 965
373 adolescentes no pronto atendimento, cujos casos de reincidência somavam 30%. Com relação
374 à situação escolar, mais da metade declararam não frequentar escola, 6% não informaram e
375 37% dos adolescentes apreendidos frequentaram a escola. Foram atendidos pelo sistema

376 socioeducativo no referido período 156 adolescentes de 12 a 14 anos, 795 adolescentes de 15
377 a 17 e 14 adolescentes com 18 anos, sendo a grande maioria do sexo masculino 88% e cerca
378 de 11% do sexo feminino. Apontou também que a maior causa das apreensões era motivadas
379 por envolvimento com o tráfico de drogas. Por fim, apresentou os centros de atendimento
380 sócio educativo: CASE Salvador, CASE CIA e a unidade Melo Matos. Apontou que todas
381 apresentavam superlotação e cada uma demandava também adequações. Informou ainda que
382 seria ativada um Centro Integrado no município de Feira de Santana, duas novas unidades a
383 serem inauguradas. Por derradeiro, apontou a proatividade da FUNDAC, que solicitava aos
384 organismos de controle fiscalização das unidades. Na sequência, a Sra. Márcia Guedes,
385 Representante do Ministério Público do Estado, afirmou que a entidade que representava
386 desenvolvia ações no sentido de priorizar as medidas socioeducativas e principalmente a
387 estruturação das medidas em meio aberto e com uma meta de garantir 100% da implantação
388 das medidas em meio aberto, sobretudo, nos municípios. Em seguida, o Sr. João da Silva
389 Pereira, Representante da Coordenação-Executiva do Fórum Estadual dos Direitos da Criança
390 e do Adolescente, apontou que em visita no dia anterior à CASE Salvador constatou-se
391 poucas mudanças na unidade. Observou que nos diversos municípios do estado a
392 municipalização não foi respeitada, a descentralização da política administrativa não era
393 cumprida pelos gestores e havia falta de integração do sistema. Como sugestão para a carta de
394 salvador, sugeriu a discussão do toque de recolher e ponderou, por fim, que era imperiosa a
395 municipalização, mas também a integração dos programas, o Sistema Único da Assistência
396 Social/SUAS, o SINASE e a Educação. Após, a Sra. Sandra Gonzaga, Representante do
397 Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, informou que foi criada em abril de 2010 a
398 Coordenadoria da Infância do Tribunal de Justiça do Estado e a mesma entrou em atividade
399 em junho do mesmo ano. Especificamente na área do atendimento socioeducativo, informou
400 que foram realizadas recentes discussões principalmente com a participação dos juízes das
401 varas especializadas do estado, com a finalidade de refletir acerca da criação de
402 procedimentos unificados para o atendimento e cumprimento de medidas socioeducativas por
403 adolescentes em conflito com a lei. E dessas discussões resultou uma minuta de provimento
404 que seria apresentada em breve pela coordenadoria às corregedorias da capital e do interior.
405 Também o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do sistema carcerário foi estendido
406 também à participação de juízes da infância e da juventude, assim como também contará com
407 a participação dos juízes da infância e da juventude da capital a 2ª Vara da Infância, além de
408 integrantes da equipe técnica da Coordenadoria, o qual participaria da atenção e da
409 fiscalização, unindo esforços nas visitas às unidades, bem como acompanhar os processos,
410 verificando se os prazos eram cumpridos. Entendendo também a necessidade e a importância

411 da existência de várias especializadas, a Coordenadoria realizava gestões no sentido de
412 implementações dessas novas varas. Havia também uma preocupação da coordenadoria de se
413 aproximar de outras entidades que atuavam na área da infância e da juventude, bem como o
414 Ministério Público. Na sequência, a Sra. Carmen Silveira de Oliveira, Secretária Nacional de
415 Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, lembrou que no mesmo ano em que o
416 CONANDA aprovou o SINASE, o Governo Federal criou um comissão intersetorial
417 composta por vários ministério e também CONANDA entregou para o Poder Executivo o
418 Projeto de Lei do SINASE, o qual trabalhava na mobilização para sua aprovação. Houve uma
419 difusão mais ampla do SINASE, através de uma série de seminários que o fórum DCA
420 desenvolveu e também a ABPM nas cinco regiões do país. A SPDCA financiou 84 obras,
421 entre novas unidades e reformas, criando duas mil novas vagas, um investimento da ordem de
422 R\$ 205 milhões. Foram doados 220 carros para a custódia de adolescentes e o fomento a 19
423 sistemas estaduais para descentralizar as medidas de meio aberto. O SUAS financiava
424 novecentos e seis municípios com um recurso anual de R\$ 48 milhões. O MEC também
425 propôs a adesão das escolas de unidades de internação ao programa Mais Educação, que
426 trabalhava no contra turno atividades culturais, esportivas. Todavia, apenas vinte escolas das
427 unidades de internação aderiram a este programa. A integração do meio fechado ao SUAS era
428 uma pactuação bastante lenta, por envolver outra área de governo, no caso a saúde, mas já
429 encontrava-se integrada em nove estados e em andamento em outros dezessete. Houve um
430 fortalecimento da defesa técnica, sendo criada uma rede nacional, chamada RENADE,
431 abrangendo defensorias, centros de defesa e associações de familiares. O SIPIA/SINASE
432 começou a ser implantado no meio fechado e foram doados mil computadores para as
433 unidades. Em termos de capacitação, foi delineada a estratégia de um centro de formação em
434 cada estado, com o objetivo de trabalhar de uma forma mais continuada, denominada Escola
435 do SINASE, além da existência de um portal de ensino a distância. Havia cursos de
436 especialização em medidas socioeducativas sendo financiados em cinco estados, com uma
437 oferta de trezentas vagas. Além disso, a SPDCA passou a financiar as reuniões semestrais do
438 fórum de gestores estaduais do sistema socioeducativo e também a fomentar e financiamos
439 um fórum de justiça juvenil. Além de estabelecer a mobilização entre Governo Federal e
440 CONANDA para evitar redução da maioria penal. Apontou que encontravam-se em meio
441 fechado 17.703 adolescentes em meio fechado e 40.657 atendidos em meio aberto pela rede
442 SUAS. Com isso, o Brasil possuía 1,7% do total estimado de adolescentes internos no mundo,
443 o que correspondia a uma fração muito mínima da população de adolescentes, 0,05%, 4% do
444 total de preso no sistema penal brasileiro, e ainda eles é que são os culpados da grande
445 violência sistêmica no país. Indicou que em 2009 o sistema estabilizou, sem grandes

446 variações, e voltou a crescer em 2010, com destaque maior para a internação provisória. Com
447 tanto, chamou a atenção para o processo de regionalização, tanto da defensoria, do juizado,
448 das delegacias, além do fomento às redes locais. Relatou que 16 estados aumentaram a
449 internação provisória, dado preocupante, 17 estados aumentaram a semiliberdade e 10
450 diminuíram a semiliberdade. A Bahia estava entre os cinco estados com maior crescimento
451 em geral de adolescentes internos. Observou que a meta era apoiar a desativação de trinta e
452 quatro unidades que foram definidas como equipamento impróprio e, dentre elas, a unidade de
453 Salvador; criar núcleos de atendimento inicial e integrado nas capitais. Informou que o MEC
454 se comprometeu a desenvolver o projeto pedagógico para a rede escolar do sistema
455 socioeducativo. Destacou que era meta também a existência do Centro de Atenção
456 Psicossocial/CAPs no município com unidade de internação. Sugeriu a instauração de
457 ouvidorias e corregedorias dentro do sistema socioeducativo baiano. Pretendia-se criar
458 mecanismos de prevenção de crises os trabalhadores do sistema socioeducativo, a fim de criar
459 parâmetros e indicadores próprios de segurança do SINASE. As escolas do SINASE deveriam
460 ser integradas ao portal de ensino à distância, para que os recursos do ensino à distância
461 fossem usados também em web conferência, cuja meta era a criação de um mestrado em
462 medida socioeducativa. Foi proposto também ao MEC que as escolas técnicas federais
463 ofertassem um novo curso de tecnólogo em sócio educação, com certificado de graduação de
464 ensino superior. Outra medida seria criar uma unidade escola do SINASE em Brasília, a fim
465 de formar gestores para o sistema socioeducativo. Além de universalizar o SIPIA/SINASE,
466 com a meta de integrar ao sistema de informação do SUAS e ao cadastro nacional dos
467 adolescentes em conflito com a lei. Fortalecer os fóruns: FONACRIADE, FONAJUVE e
468 RENADE. Com isto, finalizou sua apresentação. Deste modo, foi aberta a palavra às
469 considerações do plenário. Ao passo que o professor Reginaldo, da Universidade Estadual do
470 Sudoeste da Bahia, com relação à formação e efetivação da profissão de sócio educadores no
471 estado da Bahia seria prejudicada, considerando que o quadro de sócio educadores no estado
472 era terceirizado. Sugeriu que a formação inicial fosse presencial e, posteriormente, a
473 especialização fosse feita com a educação a distância. Apontou que o meio aberto encontrava-
474 se sucateado; os CREAS encontravam-se superlotados em sua capacidade de atendimento; o
475 sistema socioeducativo da Bahia estava longe de atingir o SINASE; 90% das unidades
476 estavam próximas da região Metropolitana e em Itabuna e Ilhéus o meio aberto e o meio
477 fechado não existiam. Com isso sugeriu o acompanhamento do egresso. Sugeriu também o
478 fortalecimento das escolas de conselho. Por fim, denunciou que as delegacias passaram a ser
479 unidade de internação provisória e haveriam adolescentes sendo mortos nesses locais. Na
480 sequência, o Sr. Edmundo Ribeiro Kroger, Representante do Conselho Estadual dos Direitos

481 da Criança e do Adolescente, apoiou a extinção da unidade de Salvador. Solicitou a inclusão
482 de documento aprovado pelo Conselho Estadual ao Governador na Carta da Bahia, o qual
483 retratava o plano estadual de medidas socioeducativas. Sugeriu incluir, na iniciativa do
484 Governo de demolir unidades desadequadas e construir nova unidade à luz do SINASE, a
485 unidade de Tancredo Neves. Propôs que, na edição de resolução sobre projetos, o
486 CONANDA previsse duas datas, uma data para que o Conselho Estadual se manifestasse e
487 outra para o CONANDA. A Vice-Presidente do CONANDA, Sra. Miriam Maria José dos
488 Santos, ponderou necessários proposições em relação ao combate ao tráfico de drogas e à
489 utilização de adolescentes neste nicho. Sugeriu atenção ao excesso de medicalização dos
490 adolescentes. Afirmou a necessidade da articulação das políticas públicas, assim como
491 educação, esporte e lazer. Por fim, destacou a importância da elaboração e aprovação do plano
492 estadual e dos planos municipais de atendimento socioeducativo. Com isto, o Sr. Marcos
493 Magalhães, Gerente de Atendimento Socioeducativo da Fundação da Criança e do
494 Adolescente/FUNDAC do Estado da Bahia, encaminhou acrescer à Carta da Bahia nota
495 produzida pelos adolescentes internos da Casa de Salvador, por considerar bastante coerentes
496 as reivindicações ali propostas. Com relação ao Relato de superatendimento nos CREAS, a
497 Secretária Camen Silveira de Oliveira sugeriu alertar ao Ministério do Desenvolvimento
498 Social, que ajustaria o financiamento. Com isso, o Conselheiro Carlos Nicodemos elencou
499 alguns encaminhamentos que auxiliariam os grupos nas sugestões para a Carta da Bahia.
500 **Encerramento.** Nada mais havendo a ser discutido, foi dado fim à audiência pública.